



DEPOIMENTO

VICTOR HUGO DA COSTA

Em 2003, era servidor aposentado da Câmara dos Deputados. Entre outras atividades na Casa, exerceu os cargos de chefe de secretaria, diretor da Coordenação de Comissão Temporárias.

ENTREVISTADORES:

Glória Varela, Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho e Pedro Ivan Pellegrini, com intervenções de Ivanir Geraldo Vianna.

LOCAL:

Brasília

DATA:

05/09/2003

DURAÇÃO:

1 hora, 10 minutos

TÓPICOS:

Ingresso na Câmara; entusiasmo com a transferência da capital para Brasília; atendimento datilográfico aos deputados; renúncia do presidente Jânio Quadros; morte de Tancredo Neves; afastamento do presidente Fernando Collor; troca de tiros entre deputados; Câmara dos Deputados como universidade; qualificação dos servidores da Câmara; Constituição de 1988; bomba detonada nas dependências da Casa; concursos da Câmara; amizade e vida social no início de Brasília; política partidária atual e anterior; características do trabalho antes dos recursos de informática; paixão pelo trabalho; espírito público do servidor; Poder Legislativo como esteio para o progresso das nações.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Para que fique registrado na gravação, por favor diga seu nome completo e já comece nos contando quando e como o senhor entrou para a Câmara. Quais foram suas primeiras atividades aqui.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Só o nome, não precisa descer a antecedentes e cidade?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Esteja à vontade para falar o que quiser.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Meus amigos, meu nome é Victor Hugo da Costa. Tenho muito orgulho desse nome e acredito que todos tenham do seu, mais ainda aqueles que têm nomes famosos como eu tenho. Não sei por que o meu pai, um sargento de cavalaria do interior de Minas, Três Corações, deu-me esse nome. Mas procurei, por toda a vida, até hoje, honrar esse nome, como cada um deve honrar o seu e deve ter orgulho dele.

Nasci em Três Corações, onde morei até os dezoito anos. De lá fui para o Rio de Janeiro. Trabalhei no BNDE por seis anos. Enquanto funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – naquele tempo não tinha o “Social”, que é o “S” – prestei concurso para a Câmara dos Deputados. Foi o último concurso que a Câmara fez no Rio de Janeiro, em 1960. Lá, então, recebi uma carta do antigamente chamado – simpaticamente – Zezinho, o ex-deputado federal, ex-primeiro-secretário da Câmara e ex-presidente da Câmara, doutor José Bonifácio, convidando-nos para vir para Brasília na qualidade de, se não me engano, auxiliar legislativo ou auxiliar de secretaria, qualquer coisa desse tipo – já faz mais de quarenta anos, então é natural que a memória não seja tão precisa. E aceitamos o convite imediatamente.

No tempo do BNDE, já havíamos ouvido falar de Brasília, do projeto de Juscelino, do avanço, do arrojo, da não-timidez, da coragem daquele querido conterrâneo mineiro, que queria fazer uma capital no Brasil central. Então, nos engajamos nessa idéia maravilhosa. Aceitamos o convite para vir para cá, que era nossa intenção, evidentemente, quando fizemos o concurso – mais ainda porque tudo estava no começo. Era uma aventura muito grande para muita gente. Então, estamos aqui em Brasília, repito, desde janeiro de 1961.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Logo que o senhor entrou para a Câmara, em que setor o senhor foi trabalhar, como começou sua vida funcional aqui, como era o relacionamento entre os funcionários e o relacionamento dos funcionários com os deputados? O que acontecia?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Sem nada a contestar, eu pergunto à Glória se eu preciso ser chamado de senhor aqui.

Chegando a Brasília, em 1961, fomos trabalhar inicialmente numa seção que a Câmara tinha, localizada próximo ao plenário, na entrada do plenário. Naquele tempo havia 326 deputados, se não me falha a memória. Há mais de quarenta anos. Fomos trabalhar, então, numa seção que fazia atendimento datilográfico para os deputados que ficava exatamente na entrada do plenário, antes do cafezinho. Ficamos ali por, aproximadamente, um ano.

Como tive a sorte de ter sido um excelente datilógrafo – participei até de concursos nacionais de datilografia – ali eu era visto pelos deputados. E fui notado pelo deputado Fernando Ferrari, falecido no dia 23 de maio de 1963, no Morro do Chimarrão, no Rio Grande do Sul. O deputado foi líder de partido na Câmara, foi uma figura de projeção nacional, foi candidato a vice-presidente da República no tempo do Jango e do Milton Campos. O antigo contínuo do deputado Fernando Ferrari me viu trabalhando e disse: “Olha, o deputado está precisando de alguém para ajudá-lo em datilografia”. Eu imediatamente aceitei, porque também já conhecia a fama, o conceito, a honestidade, a lisura, a correção do deputado Fernando Ferrari, como de tantos outros daquela época. Então, fui convidado e fui trabalhar com Fernando Ferrari, no 27º andar, do Anexo I, da Câmara, onde se localizava seu gabinete.

O deputado Fernando Ferrari foi expulso do PTB por um deputado da Bahia e fundou o MTR (Movimento Trabalhista Renovador). Era um trabalhismo renovador, digamos assim... baseado em Pasqualine, do Rio Grande do Sul – era um trabalhismo renovador que ele pretendia fundar e fazer. E fez um partido com meia dúzia de deputados, inclusive com aquele deputado Aarão Steinbruck, Derville Allegretti e tantos outros. Então, fui trabalhar com ele e lá fiquei alguns anos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Naquela época só os líderes tinham direito a convocar um funcionário para trabalhar com eles?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Não me lembro precisamente desta questão administrativa, mas talvez tenha sido assim, porque eu fui convidado. Naturalmente ele levou o assunto ao diretor-geral, que deve ter determinado que eu fosse servir no gabinete do deputado, que ficava no 27º andar do Anexo I.

Ele era um deputado muito honesto. Eu o conheci de perto. Eu ia muitas vezes a sua casa de manhã para despacharmos. Depois de seis, oito, dez meses de convivência, foi-se criando uma amizade muito sólida, muito boa. Era um homem disposto a tudo. Eu me lembro que algumas vezes faltava luz àquela época – mesmo sem os apagões modernos. E numa ocasião, em 1962, a secretária e todo o pessoal do térreo do prédio disse: “Olha, Dr. Ferrari, o elevador está desligado, não tem luz”. Ele disse: “Não tem importância, vamos

todos pela escada”. Era um líder de partido, um homem que já tinha um conceito nacional. E fomos todos pela escada.

Então, trabalhei durante algum tempo lá; depois, naturalmente, o partido se desfez. Fui cooptado por outros e vim trabalhar na mecanografia da Câmara com uma figura também extraordinária chamada D. Esther Piquet Martin, que foi diretora por muitos anos da Mecanografia da Câmara. Ela acolhia todos os datilógrafos que estavam em excesso na Câmara, exatamente para fazer trabalhos de mecanografia e, principalmente, de datilografia para os deputados. Naquele tempo não havia essa tecnologia moderna. Qualquer deputado que necessitasse de algum trabalho, dirigia-se à mecanografia e D. Ester recebia, com sua secretária, e distribuía ao pessoal. Então, éramos um grupo possivelmente de quinze a vinte pessoas. Posso citar alguns aqui?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Pode.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Lembro-me com muita saudade, com muita amizade, do Dr. Sebastião Corrêa Cortes, um aposentado da Câmara que trabalhou na Assessoria da Câmara; do Dr. Édson Carlos Mota, hoje, um famoso cirurgião plástico na cidade; do Goiano Braga Horta, irmão do Anderson Braga Horta, poeta, escritor, mais ou menos do seu perfil; e de tantos outros. E ali trabalhamos durante muitos anos, na mecanografia da Câmara, que ficava no 15º andar do Anexo I.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor mencionou os apagões. Eles eram freqüentes?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Não, eu diria que uma vez ou outra ocorriam os apagões, como hoje também não são freqüentes. Mesmo no primeiro mundo tem apagões também, de modo que não é privilégio nosso. E também era até bom o apagão, porque nos obrigava a fazer um esforço físico extra, uma educação física, uma coisa que era inusual naquele tempo, digamos assim.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Um dos objetivos deste nosso projeto é puxar a memória dos funcionários que trabalharam aqui durante muitos anos, porque estamos comemorando 180 anos do Poder Legislativo no Brasil, tomando como base a Constituinte de 1823.

Nesse período que o senhor trabalhou aqui a Casa viveu momentos históricos, alguns alegres, outros pesados. Eu queria perguntar de que episódios históricos o senhor se lembra da época em que estava na Câmara.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Eu tenho a impressão, se não a certeza, de que a maioria dos episódios da Câmara dos deputados são de alegria. Eu gosto muito de lembrar dos momentos alegres, mas um dos episódios tristes –

é claro que a tristeza faz parte das nossas vidas – foi a entrada do ex-deputado e ex-senador, depois secretário de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, Dirceu Cardoso, no plenário da Câmara, no dia 25 de agosto de 1961, trazendo a mensagem de renúncia do presidente Jânio Quadros. Se não me falha a memória, 25 ou 26 de agosto de 1961, logo depois do Dia do Soldado [data correta: 25 de agosto]. Foi um episódio triste, e no momento estávamos dentro do plenário, quando adentrou o ex-deputado Dirceu Cardoso, trazendo a mensagem da Presidência, e dizendo que tinha uma comunicação importante a fazer ao Parlamento. Seria, então, a renúncia de Jânio Quadros, notícia que abalou todo o país, toda a nação. Foi um terremoto, se não um naufrágio.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Nessa hora em que o deputado Dirceu Cardoso leu a mensagem, qual foi a reação do Plenário, a dos deputados e a dos funcionários?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Ficaram estupefatos e tristes. Não me recordo precisamente porque já tem 42 anos esse triste episódio histórico da nossa vida política. Mas houve estupefação, tristeza, dor, estranheza e, evidentemente, surpresa. Foi depois de um domingo, se não me engano, no dia seguinte ao Dia do Soldado. Depois da comemoração da festa do soldado, veio uma notícia dessas, e a nação ficou quedada.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mesmo não gostando de episódios tristes, o senhor se lembra de algum outro episódio pesado, dramático que a Câmara viveu?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Sim. As datas, agora, não posso precisar. Eu trabalhava à época na Vice-Liderança do PMDB. Trabalhei com o Dr. Ulysses Guimarães durante uns oito, nove anos aqui na Câmara, e foi ele que me conduziu a uma das diretorias da Câmara. Fui diretor de CPs do quadro permanente da Câmara. Trabalhava com D. Nadir Pinto Gonzales, na Vice-Liderança do PMDB, quando ouvimos tiros ali, onde está o Banco do Brasil. Todos correram para lá. Depois dos tiros, evidentemente. Depois de acalmar, depois de assegurar... Foram tiros trocados entre o pai do Nelson Piquet... Um deputado por Pernambuco... Vocês me ajudem, por favor.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Souto Maior.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Foram tiros trocados entre o ex-deputado Souto Maior e o ex-senador Nelson Carneiro [na época desse episódio, Nelson Carneiro era deputado], o senador do Divórcio, como na época era conhecido. Havia uma rixa política entre os dois. Foi outro episódio triste daqui da Câmara. E a marca da bala de um revólver 38 está até hoje na parede, porque a Seção de Arquitetura da Câmara fez questão de não

retirar. Perguntei várias vezes por que não apagavam e eles diziam que é uma lembrança – é o histórico da Câmara.

Então, esse foi um episódio triste, além dos diários alegres, que nós tínhamos aqui, por trabalharmos na Câmara dos Deputados. Porque é uma instituição onde, até hoje, no Brasil inteiro, todos que podem satisfazer as regras dos concursos públicos, ou são convidados, têm vontade de trabalhar. É uma instituição maravilhosa, é uma verdadeira universidade, é uma pós-graduação em tudo, aqui, a Câmara.

O episódio triste mais recente foi a defenestração do Sr. Fernando Collor da Presidência da República por votação do Congresso Nacional.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Votação do Senado.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Votação do Senado Federal. Obrigado. Aquele também foi um dia triste, embora muitos quisessem. Os carapintadas estavam nas ruas pedindo isso, mas foi um dia triste. O homem que foi eleito pelo povo foi defenestrado da Presidência, tendo surgido os traumas que vieram logo após, como no tempo do Jango também.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Victor, você participou de algumas histórias desde Jânio Quadros até hoje. Você chegou a fazer uma comparação. Nossa idéia é lembrar dos funcionários, saber o que os funcionários pensavam sobre a morte de Tancredo e a saída de Jânio. Como eram os comentários? Que semelhança houve entre um e outro episódio? Tancredo Neves também veio numa época difícil. Como eram as conversas dos funcionários? Como eram as trocas de idéias, de impressões? O que você achou? Você viveu aqui à época de Tancredo, que era para ter sido presidente e morreu antes de assumir. Você viveu essas outras épocas que foi a saída do Jânio Quadros, a expulsão de Collor. Como eram os comentários de vocês?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Eu diria, num comparativo muito superficial, que muito mais tristes ficamos nós, funcionários e o Brasil todo, com a morte do Tancredo nas circunstâncias em que se deu, do que com a renúncia do presidente Jânio Quadros.

Eu fui o secretário que fazia as atas do PMDB durante muitos anos. Trabalhei com o Dr. Tancredo Neves também durante algum tempo, quando ele foi líder do partido na Câmara. Havia pouca gente da grandeza política dele. Por isso, lembro-me muitíssimo bem da tristeza. Faltam palavras para designar o destino de um homem que estava prestes a assumir a Presidência da República e que no dia anterior morre. Todos ficaram indignados com aquele acontecimento e com aqueles relatórios diários do seu ex-secretário de comunicação, o jornalista...

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Antônio Britto.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – O deputado Antônio Britto, que foi governador do Rio Grande do Sul. Ele era o porta-voz [o entrevistado acrescenta: porta-voz da Presidência]. Então, lembro-me muito bem dos comentários sobre os acontecimentos, da tragicidade de tudo isso, da perda de um homem da estatura política de Tancredo Neves.

Eu diria, então, como fiz no começo, que a morte de Tancredo foi uma das maiores desolações que tivemos em matéria sociopolítica brasileira; foi muito maior do que a saída dos dois presidentes, que foi até desejada por muita gente. Já a morte de Tancredo nunca foi desejada e querida, muito pelo contrário, todos esperávamos que ele transformasse o Brasil, como pretendia, depois de tão difícil eleição naquele tempo de diretas e indiretas.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor trabalhou com pessoas que tiveram papel bastante significativo na história recente do país: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e, provavelmente, com outras pessoas. Como o senhor se vê, enquanto funcionário da Câmara, em relação aos demais brasileiros? O senhor privou do cotidiano dessas pessoas. O senhor se considera um privilegiado ou uma pessoa que carrega uma responsabilidade maior em função disso? Como o senhor enxerga isso?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Fernando Pessoa dizia que “Tudo vale a pena se a alma não é pequena”. Eu me sinto extremamente orgulhoso. – Glória, Pedro, Alexandra, Carlos Henrique e Ivanir [pessoas presentes no dia da entrevista] eu diria que me faltam palavras neste momento para descrever o que sinto quando você cita o fato de eu ter trabalhado realmente com pessoas do mais alto nível, do mais alto gabarito sociopolítico nacional, e por que não dizer internacional, às quais sempre soubemos dar alguma coisa de trabalho e com as quais aprendemos muito. Foi extremamente gratificante. Até hoje me sinto, realmente, um privilegiado e relembro, não apenas agora, mas em tantas outras oportunidades, o fato de ter tido a sorte e a felicidade de ter arriscado a vinda para Brasília naquele tempo e, entre aspas, ter “caído nas mãos”, em matéria de trabalho, de gente tão audaz e de tão grande personalidade como foram esses homens. Então, eu me sinto, realmente, gratificado e agradeço a Deus todos os dias por isso.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Na época da Constituinte o senhor estava trabalhando com Dr. Ulysses?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Em 1988 eu trabalhava ainda na Liderança e Vice-Liderança do PMDB. Não diretamente com ele, porque eu era funcionário do gabinete. Por ter trabalhado no gabinete dele é que, após,

demonstrando grandeza de coração, ele nos reuniu e disse: “A todo o pessoal que trabalhou comigo, cujo trabalho eu conheci, gostaria de dar um lugar de destaque na Câmara”. E nos nomeou, como a tantos outros, para cargos de relevância, a que nós jamais poderíamos aspirar. Mas não trabalhei diretamente com ele, na época da Constituinte.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vamos falar, então, dos episódios alegres.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Mais do que os anteriores, todos alegres, quase todos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – A Constituinte foi um deles?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Perdoe-me, mas eu não tenho competência política. Não se trata disso, mas eu creio que não. A Constituinte trouxe muitas reformas, muitas novidades. Eu acho que o Brasil avançou como avança sempre que as pessoas ousam. A Constituinte foi uma ousadia. Depois de um período de grave repercussão mundial em matéria de ditadura militar, fazer uma Constituinte e reformar o Brasil, em 1988, foi muito proveitoso e vantajoso. Eu diria que a Constituinte foi boa, mas há reparos a fazer, até hoje muita coisa na Constituição não está regulamentada. Não saberia dizer, e dificilmente alguém saberia, quantos artigos precisam ser atualizados. Mas foi um avanço muito grande, e as emendas constitucionais e as reformas políticas estão aí para serem aperfeiçoadas a cada dia. A intenção é essa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Nas CPIs algum episódio mereceu destaque de sua memória?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Sem censura, há um episódio que não foi nada gratificante. Entre as alegrias daqueles quatro anos em que exerci a diretoria de CPIs, lembro-me de uma ocasião em que convidamos uma autoridade militar para fazer um depoimento. Preparamos tudo na véspera, todas as seções foram avisadas, principalmente a segurança, porque naquele tempo tínhamos que ter esses cuidados. Na madrugada do dia em que haveria o depoimento do militar, a nossa seção foi incendiada, foi queimada com uma bomba. Um episódio tristíssimo que ficou por conta da segurança, não era da nossa competência nos envolver e não tenho detalhes.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor se lembra mais ou menos da data?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA - Não tenho a data precisa disso. Foi próximo de 90 e poucos, quando a CPI, naquele tempo, querendo revolver casos, trouxe militares para cá [o entrevistado acrescenta: trouxe militares

para depor]. Eles não queriam que o pessoal prestasse depoimento, então... Os jornais publicaram isso em pequenas notícias, mas o Brasil tomou conhecimento do ocorrido, pelo menos no Congresso Nacional todos tomaram conhecimento do incêndio de uma seção da Câmara quando um depoente foi convidado a prestar declaração.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Curto e grosso. Foram convincentes. Querendo puxar mais pela sua memória, fatos...

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Na convivência com pessoas que decidiram momentos importantes da história, nos bastidores, em algum momento, numa conversa, você ajudou a tomar alguma decisão, de maneira informal?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Não, rigorosamente, não. Era um trabalho, digamos assim, mais humilde, um trabalho de funcionário, que não se imiscuia em política. Eu não era secretário de deputado, não era chefe de gabinete, fazia meu trabalho de bastidor, cumpria minha missão, não era assessor político para dar qualquer idéia. Não tenho nenhuma referência nesse sentido.

O único deputado, o único líder, com quem tive mais contato, porque ia muito à sua casa de manhã cedo despachar, foi o deputado Fernando Ferrari, há mais de quarenta anos.

Com esses mais recentes, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e outros, nunca fiz qualquer programação social ou gastronômica, o que não seria nada de mais também. Não tinha essa competência. Cada um na sua. “Não vá o sapateiro além do seu chinelo.” Sempre compreendi muito bem essa questão. Não adentrava aonde não era minha área. Procurava fazer minha parte, e tenho certeza de que a fiz muito bem em todos os momentos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O fato de ter entrado para a Câmara quando o Congresso estava sendo transferido para Brasília, acredito eu, deu a todos os funcionários um certo status, um certo destaque, digamos assim. É verdade isso?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – É um fato notório. Eu viajei muito pelo Brasil, fui a alguns lugares, poucos lá fora. Lembro-me muito bem de que, viajando com minha família, minha mulher e meus filhos, de automóvel, principalmente, sempre que viam a placa de Brasília diziam: “Ah, funcionário da Câmara – há quarenta anos atrás – a Câmara era o príncipe do Poder Legislativo.” Realmente, era um conceito muito grande, um orgulho muito grande e uma alegria muito grande. Nunca deixei de citar fatos, de conversar

com as pessoas, de fazer contatos e amizades, sempre estimulando pessoas de Norte a Sul do país, de Porto Alegre ou do Piauí. Diziam: “Ah, como pode? Funcionário da Câmara em Brasília? Isso é para os deuses.” Não, isso é para qualquer um, basta fazer concurso. A Câmara dos Deputados faz concurso até para copeiro e motorista. No geral, os cargos da Câmara são preenchidos através de concurso público. Então, todos têm o direito, segundo a Constituição, de se inscreverem e lutarem por uma vaga, por um lugar ao sol. Lembro-me muito bem de que em todo o lugar em que passávamos éramos muito bem recebidos. Quando dizíamos que trabalhávamos na Câmara era um sucesso. Até hoje é um sucesso para mim.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Em relação aos funcionários que entraram posteriormente, esse grupo de 1960 tinha algum destaque?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Não, eu diria que não. O fato de termos sido os pioneiros tinha certa alegria, um pequeno charme, mas nada importante. Éramos todos iguais. Todos tinham seus direitos e seus deveres. A coisa funcionava numa boa, não tinha ninguém com arrogância, que queria sobressair. Fazíamos amizade fácil com os que entravam na Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Havia uma função que se destacava mais?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Diria que sim, momentaneamente, apesar de não haver diferença, porque todos prestavam seu serviço e todo serviço é bem visto, mas muitos queriam trabalhar na biblioteca [o entrevistado acrescenta: ...e na Taquigrafia]. Era um charme trabalhar na biblioteca, havia organização e correção, e também na Taquigrafia. Diziam: “Taquígrafo do Poder Legislativo.....”. Então se dizia: “é muito mais do que nós, é um Deus muito maior do que nós, os pequenos deuses.” Mas nada de extraordinário.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor se lembra de algum fato pitoresco, algo engraçado, alguém que cometeu uma gafe, funcionário ou deputado?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Não tenho recordação que fosse relevante, que pudesse chamar a atenção... não me lembro.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – O senhor chegou a trabalhar no Rio de Janeiro?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Na Câmara dos Deputados, não. Trabalhei seis anos no BNDES e era concursado. Trabalhei no Banco de Crédito Real, na Avenida Rio Branco, 151.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Qual a diferença do relacionamento entre você e os servidores do BNDES

naquela época e entre você e os servidores da Câmara, assim que você chegou a Brasília?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – No meu caso, eu nunca dei importância para isso, por ser libriano, sempre tive facilidade em fazer amizade. Não senti diferença. Fiz muitas e boas amizades, sou padrinho de filhos de funcionários do BNDES e da Câmara também. Não posso estabelecer muita diferença nesse sentido. Para mim foi fácil fazer amizade com o pessoal do Banco, quando cheguei aos dezenove anos ao Rio de Janeiro, como foi fácil também fazer muitas e boas amizades aqui em Brasília.

Um dos que vieram comigo para cá, no mesmo concurso, entre tantos outros excelentes companheiros, foi o Dr. Hamilton Balão Cordeiro, que até hoje é diretor da Câmara. Trabalhei com o pai dele durante algum tempo no BNDES. Conheci seu filho e fizemos uma amizade muito boa que perdura até hoje, cada vez mais sólida, firme e de boa-fé, evidentemente. Não encontrei essa dificuldade que meu antecessor nos relatou.

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – O senhor citou o nosso querido e saudoso Ulysses, que também era libriano, o fato de nem sempre terem uma tertúlia gastronômica. Mas me lembro que o Piantela era um *point*. Marco Aurélio, meu particular amigo, estava lá, e havia o célebre *poir*. Não era comum o ilustre amigo estar lá com o nosso mestre?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Não, não, realmente, nunca gozei dessa oportunidade, nunca fui convidado.

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – Até hoje a mesa dele está no Piantela.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – A mesa num canto do restaurante. Nunca tive...Nunca... digamos, nunca nem tive interesse nisso.

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – Os jornalistas de Brasília iam para lá colher informações. Os “furões” iam para lá colher informações.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Lembro-me muito bem disso, mas apenas de matéria de jornais e do que se comentava nos gabinetes, nunca fui integrante desse grupo.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Você falou que trabalhou quatro anos nas CPIs.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Fui diretor das Comissões Parlamentares de Inquérito durante quatro anos.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Nesses quatro anos alguma CPI exigiu mais, marcou a história?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Não. Lembro-me muito bem da CPI da Indústria Automobilística, de que era membro um deputado da Paraíba

– daqui a pouco lembro seu nome [posteriormente o entrevistado lembrou: deputado Vital Rego] –, um grande líder político em Brasília também.

A indústria automobilística foi instalada no Brasil em 1957, se não me engano. O Geia (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), atuava através de Lúcio Meira, Roberto de Oliveira Campos e outros, financiados pelo BNDES. Naquele tempo houve muita suspeita de que a indústria automobilística favorecia determinados grupos, não pagava impostos. Muita acusação vinha pela imprensa.

E era fácil fazer CPI, juntar os deputados. Lembro muito bem da formação do grupo da CPI para examinar a corrupção na indústria automobilística brasileira. O deputado Vital do Rêgo, se não me engano, foi relator, um dos componentes da bancada. Lembro-me do alvoroço dessa CPI, com muitas acusações de que deputados estariam ganhando até automóveis, o que era um prêmio muito grande naquela época – talvez até hoje seja um prêmio. Muitas acusações de corrupção não tiveram comprovação. A CPI foi muito ativa, havia muito trabalho, muita agitação, muita tentativa de virar o jogo, virar a mesa. Mais do que outras CPIs, eu me lembro bem dessa CPI, da Indústria Automobilística.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Você sempre praticou bastante esporte. A Câmara, de maneira geral, sempre teve bons desportistas. Algum colega participou com você de algum evento?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Não. Particpei de muitas competições, principalmente provas de rua com amigos da Câmara, mas nada de significativo.

Quanto ao fato de participar de atividades físicas, enquanto trabalhei no BNDES, no Rio de Janeiro, fiz também Escola Superior de Educação Física, na Praia Vermelha, a Escola Nacional de Educação Física, durante quatro anos. Lá, me formei em Educação Física. Lecionei em Brasília durante doze anos na Fundação Educacional, depois de concurso público. Me firmei, também, como Técnico de Atletismo. Fora da Câmara, eu exercitei a atividade de técnico de atletismo na Fundação Educacional.

Particpei de provas de rua com colegas da Câmara, mas nunca em termos de atividade legislativa. Gostaria de ter sido técnico dos colegas da Câmara que participaram de provas de rua, mas isso nunca aconteceu. Já tinha outras atividades, talvez por falta de tempo, de formação... enfim, com eles particpei muitas vezes, principalmente de atletismo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Fazer o concurso da Câmara e trabalhar na Câmara era o sonho de muita gente?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Até hoje é o sonho de muita gente. E para realizá-lo, basta batalhar.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E depois que se entra na Câmara, qual o sonho do funcionário, ou qual era o sonho dos funcionários da sua época?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Cada um tem seu sonho. Não me recordo de sonhos marcantes de colegas. Talvez, ser deputado federal. Tenho a impressão de que alguns até tentaram ser deputado federal. Assim como na própria OAB, também.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Algum conseguiu?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Creio que não. Acredito que cada um cumpriu além do sonho: primeiro era o de passar no concurso, que era difícil. A D. Naíde Figueiredo, diretora das provas, era rigorosíssima, não admitia jamais intromissão de deputado ou senador na administração das provas. Então, todos entravam com absoluta segurança, com confiança e certeza de que o resultado seria honesto. O sonho de cada um era fazer sua vida aqui, aposentar-se. Mas não me lembro de alguém que tenha alçado vôos maiores, além dos conhecidos evidentemente, nada de extra, tudo singular.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E em termos de progressão funcional e concurso interno?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Ah, sim, realmente. Muitos realmente por seu mérito ascenderam a posições significativas. Nosso diretor legislativo, por exemplo, Dr. Hélio Dutra, é um deles. Foi um dos mais importantes diretores da Câmara, durante muitos e muitos anos, passou por vários cargos. Se não me engano, esteve também na Secretaria-Geral da Mesa por uma temporada – se não me falha a memória. Creio que cada um a seu tempo conseguiu completar... conseguiu concretizar o seu sonho....e que está nas mãos de qualquer um, de quem quiser, lá de fora.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Há algum acontecimento marcante ou pitoresco da vida funcional ou da convivência funcional entre você e essa turma?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Não me recordo de nada que tivesse relevância, apenas da amizade muita boa que fizemos aqui, com raríssimas exceções.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Deixa eu te fazer outra pergunta. Houve uma época em que o ponto era centralizado no térreo, no edifício principal, perto dos bancos?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Era onde havia o Banco Crédito Real e o Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A, naquele corredor onde há exposições do Senado Federal hoje.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – E você não se lembra de nada engraçado que possa ilustrar alguma coisa dessa época?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Sim. Como engraçado, repito o termo, copio o termo, peço licença para usar o gancho. Tinha um servidor que era acusado de bater o ponto para muita gente aqui. Não me recordo o nome dele. Mas alguns que tinham outros trabalhos a fazer, universidade a cumprir, diziam: “Olha, eu tenho que chegar mais tarde.” E ele: “Não. Deixa que eu bato seu ponto lá.” Parece que era só relógio. Não tinha que assinar, ou senão, assinar a rubrica, porque ele talvez por ser perito nisso, fizesse a rubrica. Lembro-me vagamente disso aí.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – As pessoas assinavam depois? Tinham que por a rubrica...

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Ou talvez nem assinassem, porque ele próprio trabalhando na sessão correspondente, cobrisse tudo isso. Não me recordo bem desse fato. Mas tinha alguma coisa nesse sentido que alguém batia. Mas logo depois foi descoberto, evidentemente. Não há o que sempre dure.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Havia algum tipo de disputa entre os funcionários da Câmara e os do Senado? “ – Os funcionários do Senado ganham mais do que os da Câmara, têm mais privilégios; ou, nós somos melhores do que eles...” Havia uma certa disputa?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Disputa propriamente, creio que não. Havia uma certa diferença dos que trabalhavam na Câmara e no Senado. Isso é patente até hoje, e creio que não deslusto o meu modesto e pequeno depoimento aqui, e nem falo mal do Senado Federal. Mas a Câmara sempre fez concurso para quase tudo, àquela época pelo menos, quando não tinha ainda o secretariado parlamentar. O deputado tem o direito de escolher quem ele quiser para trabalhar no gabinete, mas naquela época, todos faziam concurso para a Câmara; mas, o Senado, era useiro e vezeiro em contratar muita gente sem concurso. Lembro-me muito bem... Posso citar um fato? Cito até o nome. O cidadão, excelente figura, excelente escritor – colega seu, jornalista Ivanir – chama-se Lourenço Cazarré, escritor de nível nacional, trabalhou no PMDB como assessor, figura magnífica, excelente, de “papo” maravilhoso. Esse cidadão fez concurso para o Senado Federal e foi um dos primeiros colocados. Um belo dia ele vê no *Diário*

Oficial a décima colocada sendo nomeada oficialmente. *Diário Oficial*, de modo que não conto novidade, está lá para quem quiser pesquisar nos arquivos do Congresso. Ele foi ao Supremo Tribunal Federal reclamar e ganhou a questão.

A Câmara era useira e vezeira em fazer concurso. Havia essa pequena diferença, não diria uma disputa. E cito esse desagradável fato, o cidadão, depois de trilhar todos os caminhos do mérito, passar em tudo, cidadão de honestidade comprovada, trazer toda a documentação, ser obrigado a recorrer à Justiça, ao Supremo Tribunal Federal para ser nomeado a um cargo. Ele ganhou e foi para lá. Creio que depois disso ele saiu de lá e continuou sua vida em outros cantos, não me lembro. Mas era uma excelente figura que teve esse transtorno na vida, desagradável para qualquer um. Então, cito esse fato com relação à disputa, digamos, entre servidores das duas Casas. Não havia isso não. O que havia, lembro-me agora, posso citar? Trabalhei com o Dr. Ademar Silveira Sabino, fui convidado por ele, trabalhei por um ou dois anos com ele, na 4ª Secretaria da Câmara, quando ele era chefe de gabinete, de vários 4º secretários que àquela época eram os encarregados de distribuir moradias funcionais para os servidores. Tínhamos uma cota muito grande de construção da Câmara. A Câmara sempre construiu. Então, muita gente vinha do Senado, com carta de senadores, para pedir apartamento da Câmara. Isso eu me lembro muito bem, trabalhei diretamente com o Sabino. Passava pelas minhas mãos... toda a cota de apartamentos disponíveis da Câmara estava em nossas mãos, do servidor, dos funcionários, evidentemente, sob a direção do Dr. Sabino, que àquela época era chefe, não era diretor-geral ainda. Então, muita gente vinha do Senado pedir apartamento na Câmara. Esse é um pequeno fato de que me lembro. Evidentemente, os secretários tinham que dar prioridade com toda a amizade política... às vezes, tinham que satisfazer colegas do outro lado da Casa, do Senado Federal, mas tinham que dar prioridade absoluta aos nossos. Creio que assim foi feito.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor atravessou todo esse processo de ampliação da área da Câmara, a construção dos anexos. O senhor lembra de alguma história dessa época? Em que a construção dos anexos mudou ou interferiu na vida dos funcionários?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Creio na necessidade sócio-administrativa, a necessidade de colocar novas tecnologias, de dar mais conforto ao deputado para seu trabalho. Acredito que não atrapalhou nada. Apenas éramos obrigados a caminhar um pouco mais. Por exemplo, quem trabalhava no anexo I, em qualquer dos andares dos 26 disponíveis, tinha que caminhar um pouco mais, descer elevador para vir aos anexos II, III e IV.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O estacionamento foi ficando mais difícil ao longo do tempo?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Ao longo do tempo, e cada vez mais. Não só em Brasília como no mundo todo. Agora tem o vaga-fácil, que vai facilitar a vida de pouca gente. De muita gente, não. Mas, realmente, com o tempo, com o crescimento, com o poder aquisitivo grande que todos os servidores tínhamos, com a facilidade de crédito àquela época, com a facilidade que a própria Câmara concedia, quase todo funcionário era filiado ao IPC, ao antigo Instituto de Previdência dos Congressistas, que, se não engano, era optativo; ao deputado, era obrigatório. E muitos funcionários conseguiam financiamento para comprar automóvel. Então, muita gente que tinha o sonho de comprar um automóvel e não poderia fazê-lo em outra ocasião – como funcionário, talvez, de Ministério –, aqui, na Câmara, pôde comprar carro próprio, para a mulher, para os filhos, etc. Então, realmente a dificuldade de estacionamento foi ficando cada vez maior. Mas, achei muito bom toda essa parafernália de arquitetura no sentido de melhorar o funcionamento da Câmara com os anexos I, II, III, IV. Acho que trouxe comodidade, trouxe aceleração aos trabalhos, houve melhoria de qualidade de processo legislativo não apenas para os deputados como também para os servidores, enfim, para todos. Evidentemente, há exceções, há aqueles que vão reclamar. Sempre há aqueles que têm algo a reclamar na vida. Mas, de modo geral, acredito na criação desses novos locais de trabalhos, por meio da arquitetura e engenharia da Câmara – e muito me orgulho de um amigo que está lá hoje como diretor, o Dr. Hamilton Balão Cordeiro, um dos protagonistas disso, sempre conversando com o Dr. Oscar Niemeyer, que era, entre parênteses, o dono da operação arquitetônica aqui dentro; acredito que todas essas novas instalações vieram facilitar a vida de deputados, de servidores, vieram trazer vantagens de modo geral; acredito que foram muito bem aceitas.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Durante sua vida funcional, aconteceram decisões administrativas marcantes, que beneficiaram...Conta um pouquinho sobre essa vivência.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA– Não convivi muito com essa luta sindical. Mas lembro-me muito bem do tempo do 1º secretário, ex-deputado Fernando Lyra, se não me engano, foi líder de partido também, depois foi ministro da Justiça do Tancredo Neves. Lembro-me que houve reestruturação muito grande na Câmara, muitos comentários, todos no bom sentido, mas nunca participei diretamente, muito menos nos bastidores desses acertos. Não tenho muito a recordar nesse sentido, a não ser que essa reforma muito grande,

promovida, à época, pelo 1º secretário, Dr. Fernando Lyra, foi muito bem aceita, foi muito boa. Houve uma progressão muito grande, acho que todos ganharam com isso.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Depois disso não aconteceram outras coisas ou que beneficiaram ou atrapalharam, em que o servidor se manifestou a favor ou contra, com alegria ou tristeza?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Sempre há. Desde o começo do mundo, o amigo Carlos sabe que há os alegres e os tristes, aqueles que protestam. Mas, diria que todas essas reformas beneficiaram o funcionalismo. Se houve alguém prejudicado, não foi de má-fé. Naturalmente, ele tinha seus recursos, podia recorrer, a administração podia se retratar com o tempo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Existe alguma coisa que não perguntamos e o senhor considera importante falarmos? Esse projeto é especial para comemorar os 180 anos do Poder Legislativo no Brasil, tomando como base a Constituinte de 1823. Qual sua visão do Poder Legislativo ao longo de todos esses anos que o senhor trabalhou aqui na Câmara?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Minha visão foi sempre otimista, de caráter futurístico, digamos assim. Sempre vi como o mundo vê qualquer Poder Legislativo: como esteio do progresso das nações. Fico muito satisfeito em bater esse papo com vocês, nessa época em que se comemora os 180 anos do Poder Legislativo. Evidentemente, temos visto que a ausência do Poder Legislativo é causa de muita ditadura, de muito desconforto. O mundo tem mostrado isso. Agora, como nosso povo sempre foi de paz, apesar da Ditadura e de tantas outras fases históricas que o povo sofreu, de modo geral, todos sofrem: funcionários, trabalhadores, comércio, indústria. Acho que o esteio está no Poder Legislativo livre: as eleições e essa harmonia que existe com os outros Poderes, como temos visto. Apesar de momentos de tensão, como o que acaba de ocorrer agora, em que o presidente do Supremo faz declarações em relação à Presidência. É uma tentativa muitas vezes infrutífera, momentânea, e, às vezes, até tola de intromissão de um Poder no outro.

Mas vejo com muita visão, com muita boa perspectiva de progresso do Poder Legislativo no Brasil.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Durante sua vida funcional, o Congresso foi fechado algumas vezes. Às vezes, pouco tempo, por três dias, como em 1964, e, às vezes, mais tempo.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Em 1968 ele foi fechado.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Em 1968 e na década de 70

também. O pacote de abril trouxe algumas coisas. Nesse período de fechamento do Congresso, como o senhor passou por isso?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Como não participávamos dessa estrutura militar dominante, àquela época, não tínhamos nenhuma importância sindical, continuamos trabalhando normalmente. Lembro-me de um fato de que o falecido e líder de partido, deputado Amaral Neto, se não me engano, logo após 1968 [esse fato ocorreu em 1966, após a invasão do Congresso pelos militares], em 3 de dezembro, foi o fechamento do Congresso, e ele, revoltado, à porta da Câmara dos Deputados, teria rasgado sua carteira de deputado federal. O Ivanir pode me ajudar nessa questão. Parece-me que ele, revoltado com os militares dominando, tanques, etc., num protesto natural, diante de sua postura política, revoltado com o fechamento do Congresso, com a ira dos militares, ele teria rasgado a carteira dele de deputado federal na porta. Mas nada de relevante em matéria de intromissão.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E para os funcionários?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Os funcionários continuaram na sua. Apenas aqueles que tinham vínculo com familiares militares talvez sofressem alguma represália. Fora disso, o mal fora para a nação, para os deputados, para o Congresso. Para os funcionários, tenho impressão de que não se mexeu, talvez nem no bolso, que é a principal parte do corpo onde a pessoa mais sente. Foi uma época de trabalho natural, mas houve evidentemente muito menos trabalho. O Congresso estava fechado, havia plantões, certas facilidades, mas não em matéria funcional.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não havia fiscalização “ideológica” em relação aos funcionários?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Creio que não. Se havia, talvez meio sub-reptícia, e, naturalmente, alguns que tinham liderança sociopolítica estudantil, acadêmica, de professores da UNB, que fossem colegas daqui, foram realmente perseguidos. Mas não me lembro de nenhum fato notório, e inclusive a imprensa era também perseguida naquele tempo e impossibilitada, dificultada, proibida mesmo de trazer muita coisa à baila. De modo que a coisa ficava num contexto mais misterioso, escondido.

A SRA. ENTREVISTADORA – Além do esporte, como os funcionários se divertiam?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Nas atividades diversas dos clubes. Lembro-me que muitos tinham canoas, naquele tempo já tinha surgido os caiaques, as pessoas iam para o lago remar, havia muita confraternização.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Muita festa?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Sim. Cada vez mais a partir daquele tempo. Muitos reclamavam de ter saído do Rio de Janeiro, então capital da República, uma das cidades mais bonitas, para vir trabalhar em Brasília, neste sertão. Cidade das onças, como Jânio Quadros dizia da estrada Belém-Brasília, e também da capital. Ele que detestava isso aqui. Mas, acredito que do funcionalismo, nunca vi reclamações preponderantes. “Ah, fulano foi tão revoltado com Brasília,” não me lembro disso. Aliás, era uma escolha, uma opção. Quem não gostava daqui podia perfeitamente se retirar, como quem, muitas vezes, faz quando não está feliz no seu casamento. Hoje a lei permite uma série de motivos para ele sair dessa para outra. Os exemplos estão aí. De modo que não havia evidentemente clubes em profusão; não havia supermercados; não havia o shoppingg – que eu não tolero visitar –, mas onde muita gente hoje adora passear, visitar, fazer programas. Naquele tempo não existiam os parkshoppings da vida. Mas muita gente veio e se fez aqui, gostou. Eu adorei Brasília – não gosto desse termo – eu amei Brasília, gosto de Brasília até hoje, todos os meus gostam de Brasília. Não acho que Brasília fez mal a ninguém, pelo contrário, trouxe muito progresso, não apenas para aquele funcionário que saiu do Rio, São Paulo, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Sul, para vir para cá, como para o Brasil todo. Imagine hoje em dia se os transtornos sociopolíticos que tivemos fossem no Rio de Janeiro, teriam, talvez, sido muito mais graves que aqui.

De modo que, apesar de não ter muita diversão, tinha muito trabalho a fazer porque era uma cidade nova, era um rompante com aquele *status quo*, com a mesmice da cidade do Rio de Janeiro, que continua sendo a cidade maravilhosa, mas Brasília também é uma cidade maravilhosa.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – O senhor acha que a atividade legislativa do início de Brasília estava mais próxima, partidariamente falando, das propostas ideológicas dos partidos?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Sem dúvida nenhuma, é apenas uma opinião pessoal, porque essa questão deve ser mais para o sociólogo, para o político e o jornalista e outros que estão aí. Mas eu diria que sim, que a atividade naquela época tinha muito mais profundidade, muito mais razão de ser, muito mais pureza, muito mais honestidade, tinha mais boa-fé, digamos assim. Naquele tempo tínhamos alguns partidos políticos, que foram reduzidos a dois, na época da revolução – Arena e MDB – que depois se tornou PMDB. Mas eu diria que a atividade parlamentar, a logística, o trabalho do deputado e do servidor era muito mais ligado com os programas

partidários, digamos assim. Não os conheço, evidentemente, mas do pouco que conheci dos partidos onde trabalhei como servidor, lembro-me muito bem que havia muito mais contextura, muito mais razão de ser, muito mais ideologia, muito mais benquerença, muito mais vontade de acertar do que hoje, com essa profusão, essa Babel de partidos políticos, que não sabemos se tem 10, 20 ou 32... Uma época, tivemos 10, 12, 20 candidatos à Presidência da República – um absurdo, isso aí. De modo que hoje em dia, nesse ponto, a tecnologia não atendeu ao chamado popular.

O SR. ENTREVISTADOR – Por conta disso, o servidor mais antigo se engajava mais na atividade?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Indubitavelmente, engajávamo-nos, genericamente falando, muito mais, queríamos trabalhar, queríamos participar, queríamos ajudar a fazer o projeto tornar-se uma lei, mais do que hoje, com mil combinações, gestões e acomodações, seja na base do que é dando que se recebe, ou não. Hoje não tem tanta participação, tanta euforia, tanto interesse. Eu acredito que naquela época o funcionário, junto com o deputado, batalhava, lutava e tinha muito mais interesse do que hoje com toda tecnologia. Basta você apertar o botão e muita coisa sai quase pronta. Naquele tempo havia trabalho físico, tinha de datilografar, levar, encaminhar, tinha de ser tudo na mão, na caneta “Bic”. Era muito mais charmoso, muito mais apaixonado do que hoje, em que o sujeito está aqui: “ bom, eu sou assessor aqui... eu estou fazendo um discurso...” – hoje é pró, amanhã é contra! Naquele tempo tinha muito mais paixão pelo serviço legislativo tanto do servidor quanto do deputado, no sentido de querer erguer a nação para aquilo que todos nós queremos até hoje. Tomara que a atual presidência, o atual PT faça isso.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – E a opinião pública com relação a tudo isso? O que o senhor sente com relação ao antes e ao agora?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Com relação ao Poder Legislativo?

O SR. ENTREVISTADOR – Isso.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Muitos deslizes aconteceram nesses anos e anteriormente, evidentemente não temos conhecimento histórico, e fez com que a opinião pública se desiludisse. Acredito que hoje a opinião pública está muito desiludida com o comportamento, com o não cumprimento das promessas programáticas dos partidos políticos. Hoje, mais do que nunca, a opinião pública está dividida. Não digo isso porque deu no *Jornal Nacional*, ou porque a *Folha* publicou, ou o Josias de Souza comentou, ou porque o *Jornal do Brasil* publicou, nada disso. Em termos de opinião pública, realmente, no

fundo, naquele tempo havia muito mais crença, muito mais boa fé, muito mais compromisso com o chamado serviço público; hoje, não o há. Há, mas muito menos do que naquele tempo. O mundo evoluiu para melhor em muita coisa e também piorou em muita coisa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Eu perguntei antes se o senhor achava que devia comentar algum tópico que não levantamos aqui.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Eu me lembro bem, achei maravilhoso o contato com vocês, creio que falei demais, depois, evidentemente, não digo a censura, mas tem as correções, vamos corrigir os erros de português e outros. Não me lembro de nada especial. Repito que sempre foi um prazer muito grande não apenas trabalhar como divulgar a Câmara e o Senado, apesar das misérias e os erros que temos aqui, e todo mundo tem, só Deus é quem não os tem.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Quais são as misérias?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – As mazelas todos nós as conhecemos, não preciso nem citar no depoimento porque os jornais históricos da Câmara estão aí para mostrar. Mas eu quero repetir que sempre foi uma alegria muito grande, até hoje eu divulgo a Câmara dos Deputados. Quando a pessoa pergunta como faz para entrar para ser desse time de primeira grandeza, de escol, que nos fins de semana toma Skol? Eu digo que basta querer que você realiza tudo que quiser, pode ser jornalista, arquiteto, engenheiro e pode ser servidor da Câmara dos Deputados por mais de trinta anos, como nós fomos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Agradecemos ao senhor a participação no projeto. Esses depoimentos todos serão transformados em livro e vamos fazer exposição com fotos da época. E por falar em foto, o senhor tem alguma, em determinada solenidade interna, ou durante uma votação, ou no seu gabinete?

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Creio que tenho alguma e trarei oportunamente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O Carlos Henrique está escaneando e reproduzindo esse material.

O SR. VICTOR HUGO DA COSTA – Trarei com todo prazer e quero agradecer a vocês. Amor com amor se paga. Retribuo essa gentileza, essa amizade, essa benquerença. Além de vocês, com o Carlos Henrique. Fiquei muito feliz e emocionado. Agradeço a vocês a paciência e a tolerância. Espero que aproveitem alguma coisa das bobagens que eu disse. Muito obrigado.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Nós que agradecemos.